

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.513, DE 2010

Autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD a alienar, por meio de doação, imóvel à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Autor: Poder Executivo

Relatora: Deputada Flávia Moraes

I - RELATÓRIO

Encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo ainda na gestão do ex-Presidente Lula, o projeto sob exame tem como intuito a obtenção de autorização legislativa para que a universidade federal localizada em Dourados possa doar à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul o imóvel que especifica. A doação é condicionada à “utilização do imóvel pela donatária para os fins previstos em seu estatuto social” (art. 2º do projeto), submetida a uma cláusula de reversão se “cessadas as razões que justificaram a doação” (art. 3º, parte inicial) e promovida com a proibição de que o bem doado seja alienado pela universidade destinatária (art. 3º, parte final).

Na Exposição de Motivos remetida com o projeto, o Ministro de Estado signatário recorda que a área doada foi objeto de contrato de comodato entre a atual proprietária do imóvel e o governo do Estado onde se situa a instituição de ensino donatária. De acordo com a referida autoridade, a operação gerou uma situação de fato afinal irreversível, na medida em que a área cedida sob regime de comodato foi utilizada pelo aludido ente federativo para instituir a universidade em favor da qual agora se pretende doar o mesmo imóvel.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto se limita a consolidar uma situação de fato, há muito estabelecida e produzindo seus legítimos efeitos. A universidade que se prevê como donatária da área abrangida pela proposição funciona justamente na área alcançada pela doação, crescendo-se inclusive, em momento oportuno, terreno contíguo, o qual permitirá sua expansão, medida que, de fato, como argumenta o Ministro da Educação na EM remetida com o projeto, resulta “no fortalecimento e na expansão do ensino público superior no país”. Ademais, são promovidas ressalvas que resguardam o interesse público, impedindo-se que o imóvel doado seja alcançado por desvios de finalidade.

Por tais motivos, vota-se pela aprovação integral do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora